

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 31 de julho de 2025 às 07h54
Seleção de Notícias

Money Report | BR

Patentes

Reação do Brasil ao tarifação pode afetar preços de remédios	3
--	---

MSN Notícias | BR

Propriedade Intelectual

'Emergência Nacional': Trump Assina Ordem para Tarifar Brasil em 50%, Mas Inclui Exceções	4
---	---

Exame.com | BR

Direitos Autorais

Google adere a código europeu para IA após fracassar em lobby contra nova lei	7
---	---

OUTRO LADO

Tribuna Catarinense | BR-SC

ABPI

Maior Congresso de Propriedade Intelectual da América Latina retorna a São Paulo para discutir a Colaboração na Era da Inteligência Artificial Evento organizado pela Associação Brasileira da Proprieda	9
--	---

Reação do Brasil ao tarifaço pode afetar preços de remédios

Itens médicos estão entre principais produtos importados pelo Brasil, somando US\$ 10 bilhões. Os medicamentos e produtos farmacêuticos são os principais itens importados pelo Brasil dos Estados Unidos neste ano. A princípio, esses produtos não serão afetados pelo tarifaço de Donald Trump sobre os produtos brasileiros, mas uma eventual retaliação do Brasil pode encarecer produtos como medicamentos para câncer e doenças raras.

No ano passado, o Brasil importou quase US\$ 10 bilhões em itens da área médica, como produtos usados em cirurgias, reagentes para detecção de doenças, instrumentos e aparelhos para medicina. Grande parte vem dos Estados Unidos.

A possibilidade de uma retaliação brasileira ao tarifaço dos Estados Unidos preocupa o setor. Segundo o CEO da Associação Brasileira de Indústria de Dispositivos Médicos, Paulo Fraccaro, algumas alternativas para o Brasil seriam a China, a Índia e a Turquia.

"Se nós adotarmos a reciprocidade, esses produtos chegarão mais caros nas prateleiras, na ordem de 30%, e o Brasil vai ter que procurar alternativas", diz.

O Brasil também importa medicamentos com **patentes**, especialmente para doenças raras ou aque-

les com mais tecnologia, e os Estados Unidos estão entre os principais fornecedores e, no caso de uma guerra tarifária, esses medicamentos poderiam ficar ainda mais caros no Brasil.

No primeiro semestre deste ano, foram importados US\$ 4,3 bilhões em medicamentos de alto custo e produtos farmacêuticos, alta de 10% em relação ao mesmo período do ano passado. A União Europeia é o maior fornecedor, com cerca de 60%. Alemanha e Estados Unidos respondem por cerca de 15% cada.

A maior parte dos medicamentos mais comuns, especialmente os genéricos, são produzidos no Brasil, mas nesse caso, 95% dos insumos farmacêuticos para a produção vêm da China.

Para o presidente-executivo da Associação Brasileira de Insumos Farmacêuticos (Abiquifi), Norberto Prestes, é fundamental investir na pesquisa e na produção brasileira.

"Temos a capacidade, temos pesquisadores brilhantes, que acabam indo para o exterior. Nós deveríamos reter esses talentos aqui e desenvolver nosso sistema para aumentar a nossa soberania nesse quesito", avalia.

(Agência Brasil)

'Emergência Nacional': Trump Assina Ordem para Tarifar Brasil em 50%, Mas Inclui Exceções

"Enfrentando uma emergência nacional". É assim que a Casa Branca abriu o texto em que afirma que o presidente americano, Donald Trump, assinou uma ordem executiva que impõe aos produtos brasileiros uma tarifa de 50% - soma da taxa já estabelecida de 10% em abril com os 40% que o presidente americano ameaçou acrescentar no início de julho. Na publicação, o governo dos Estados Unidos afirma que isso é uma resposta a "políticas, práticas e ações recentes do governo brasileiro que constituem uma ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional, à política externa e à economia dos EUA."

O texto defende que Trump tem lutado pela liberdade de expressão, para proteger as empresas americanas da "censura coercitiva ilegal" e "responsabilizando os violadores de direitos humanos por seu comportamento ilegal" - em menção indireta ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, que foi sancionado pelo país nesta quarta e as tentativas brasileiras de regulamentar as big techs americanas. Leia também Forbes Money Aviões, Petróleo e Suco de Laranja: o Que Ficou de Fora do Tarifaço Forbes Agro Café Brasileiro sob Alvo: Cecafé Quer Isenção na Tarifa de Trump Forbes Money Ibovespa Sobe após Trump Excluir Setores na Tarifa de 50% Forbes Agro Trump Poupa Alguns Setores do Agro no Tarifaço de 50% Forbes Money Lula Diz Que Trump Não Pode Misturar Briga Política com Negociação Comercial Geral O Que É a Lei Magnitsky, Aplicada A Alexandre de Moraes

A publicação da ordem executiva aponta que o tarifaço terá suas exceções. Entre as principais estão: suco de laranja, aviões e petróleo. Os três lideram a pauta exportadora do Brasil e preocupavam o governo brasileiro em meio à ameaça tarifária, tanto que estavam entre as prioridades na negociação com os Estados Unidos. O próprio presidente da Embraer já havia manifestado preocupação sobre a viabilidade dos negócios sem um acordo que abarcasse o item.

Entre alguns outros itens poupados estão celulose, carvão, castanhas de origem brasileira, veículos de passageiros e peças específicas, fertilizantes, produtos agrícolas e de madeira, metais e minerais específicos, além do aço e subprodutos. No entanto, vale lembrar, que este último já é tarifado em 50%. Alegações

Em junho deste ano, o STF definiu que as redes sociais são responsáveis pelas postagens dos usuários. Com isso, elas passaram ter um grau mais alto de responsabilização sobre conteúdos que violem as leis brasileiras. Nos casos mais graves - como racismo, terrorismo e divulgação de pornografia infantil - as redes sociais passam a ter que remover esses conteúdo, mesmo sem ordem judicial. Caso isso não ocorra, elas responderão na esfera civil. Anteriormente, Moraes já havia suspendido o X por não ter representante no Brasil.

A medida também cita os processos envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro: "a Ordem considera que a perseguição, intimidação, assédio, censura e processo politicamente motivados pelo Governo do Brasil contra o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro e milhares de seus apoiadores são graves violações dos direitos humanos que minaram o Estado de Direito no Brasil".

Esses e outros episódios foram apontados no comunicado da Casa Branca como:

"Medidas sem precedentes para coagir, de forma tirânica e arbitrária, empresas americanas a censurar discursos políticos, remover usuários da plataforma, entregar dados sensíveis de usuários americanos ou alterar suas políticas de moderação de conteúdo, sob pena de multas extraordinárias, processos criminais, congelamento de ativos ou exclusão completa do mercado brasileiro".

Continuação: 'Emergência Nacional': Trump Assina Ordem para Tarifar Brasil em 50%, Mas Inclui Exceções

Implicitamente, a publicação também critica as decisões de Moraes, dentre elas a que notificou Paulo Figueiredo em denúncia de trama golpista.

"Moraes está atualmente supervisionando o processo criminal do Governo Brasileiro contra Paulo Figueiredo, um residente dos EUA, por discursos que ele fez em solo americano, e tem apoiado investigações criminais contra outros cidadãos dos EUA depois que eles expuseram suas graves violações de direitos humanos e corrupção." "America first"

O comunicado ainda ressalta as medidas do governo americano contra o brasileiro. Dentre elas, a decisão do Secretário de Governo dos EUA, Marco Rubio, de restringir vistos a "estrangeiros responsáveis pela censura da liberdade de expressão, protegida nos Estados Unidos".

A nova política resultou em julho na suspensão de vistos de Moraes e outros sete ministros do STF, além do procurador-geral, Paulo Gonet. Escolhas do editor Escolhas do editor 7 Batons Mais Caros do Mundo - o Que os Torna Tão Valiosos? Escolhas do editor Tarsila S/A: A Herdeira Que Gere a **Marca** de Uma das Maiores Pintoras do Brasil Escolhas do editor Os Criadores de South Park Agora Fazem Parte do Clube dos Bilionários Escolhas do editor 7 Hotéis com Experiências Extraordinárias de Serviço de Quarto Escolhas do editor Lista Forbes Melhores CIOs do Brasil 2025: Veja os 10 Escolhidos Escolhas do editor Batom e Minissaias: Hábitos de Consumo Podem Ser Indicadores de Recessão? Disputas comerciais

Em 9 de julho, Trump surpreendeu ao anunciar que poderia taxar os produtos brasileiros em 50%, a partir do dia 1º de agosto. Uma semana após a sua fala, o governo americano acionou o Escritório de Representantes de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) para investigar práticas comerciais consideradas "prejudiciais" às empresas americanas, em uma tentativa de se desviar das crí-

ticas com relação ao desrespeito à soberania nacional brasileira.

A investigação é respaldada pela seção 301 da Lei de Comércio de 1974 dos EUA - criada para lidar com práticas estrangeiras desleais, que pudessem afetar ou restringir o comércio americano. Segundo Jamieson Greer, representante comercial dos EUA, a investigação foi iniciada por determinação do presidente americano com base em "ataques do Brasil contra empresas americanas de redes sociais, bem como outras práticas comerciais desleais que prejudicam companhias, trabalhadores, agricultores e inovadores em tecnologia dos Estados Unidos".

Dentre alguns dos alvos da investigação estão: Comércio digital e serviços de pagamento eletrônico: segundo o USTR, o Brasil pode estar prejudicando a competitividade de empresas americanas nesses setores. A instituição aponta como exemplos as "retaliações" contra essas companhias por não censurarem discursos políticos, algo que restringe a sua capacidade de oferecer serviços no país; Tarifas injustas e preferenciais: para o governo americano, o Brasil concede tarifas mais baixas e preferenciais a exportações de certos parceiros comerciais competitivos globalmente, desfavorecendo as exportações dos EUA; Aplicação de medidas anticorrupção: o USTR argumenta que a falta de cumprimento por parte do Brasil de medidas de transparência e combate à corrupção levanta preocupações quanto às normas internacionais contra o suborno e a corrupção; Proteção à **propriedade** intelectual: os EUA acreditam que o Brasil aparentemente nega proteção e aplicação adequadas e eficazes aos direitos de **propriedade** intelectual, prejudicando trabalhadores americanos que dependem de setores baseados na inovação e criatividade dos EUA Etanol: o país da América do Norte acusa o Brasil de retroceder em seu compromisso de conceder tratamento praticamente livre de tarifas ao etanol americano e passou a aplicar uma tarifa substancialmente maior sobre essas exportações; Desmatamento ilegal: nas palavras do governo

Continuação: 'Emergência Nacional': Trump Assina Ordem para Tarifar Brasil em 50%, Mas Inclui Exceções

americano, o Brasil está falhando em aplicar de forma eficaz as leis e regulamentações destinadas a combater o desmatamento ilegal, prejudicando assim a competitividade de produtores americanos de madeira e produtos agrícolas. Web Stories 3 Sinais de Alerta em Amizades Que Você Não Deve Ignorar As Melhores Cidades do Mundo para se Viver em 2025

As Cidades Mais Baratas e Mais Caras do Mundo 5 Experiências Para Uma Viagem Romântica Inesquecível

Google adere a código europeu para IA após fracassar em lobby contra nova lei



Em meio à pressão do governo dos EUA e de outras big techs, empresa apoia a abordagem europeia, mas destaca desafios que a regulamentação pode trazer ao desenvolvimento da inteligência artificial na região

O Google foi uma das gigantes de tecnologia dos EUA que tentou pressionar a União Europeia para adiar a implementação da Lei de Inteligência Artificial ("AI Act"), aprovada em junho de 2024. Sem sucesso, a empresa anunciou que assinará o código de prática da entidade para IA, oferecendo apoio à abordagem do bloco em meio à pressão do governo dos EUA e de outras big techs.

Esse código estabelece diretrizes sobre como a inteligência artificial de uso geral deve atender às exigências da legislação aprovada pelos 27 Estados-membro. Elas incluem obrigações legais para garantir o uso seguro da tecnologia, proteção de **direitos** autorais para criadores e transparência nos modelos usados para treinar IA.

Kent Walker, presidente de assuntos globais e diretor jurídico da Alphabet, empresa-mãe do Google, afirmou que a assinatura visa promover o acesso seguro e de alta qualidade às ferramentas de IA de ponta para cidadãos e empresas europeias.

No entanto, ele ressaltou que o Google também apresentará feedback, pois tanto a Lei de IA quanto o código

podem retardar o desenvolvimento e a implantação da IA na Europa. A legislação é considerada a mais rigorosa do mundo para regular a tecnologia emergente, recebendo críticas de governos como o dos EUA e empresas do setor, que argumentam potencial para sufocar o crescimento da IA.

Em um comunicado sobre o acordo comercial entre os EUA e a UE, assinado no domingo, a Casa Branca afirmou que as duas economias "pretendem enfrentar barreiras comerciais digitais injustificadas". Porém, o bloco europeu manteve sua posição firme em relação às regras online, afirmando que não abrirá mão do direito de regular o espaço digital de forma autônoma

Quais empresas já assinaram o código de prática para IA?

Com a assinatura, o Google se junta à OpenAI e à empresa francesa de IA Mistral, que também fez parte da empreitada para tentar adiar a entrada em vigor da nova lei. O código se aplica a modelos de IA poderosos, como o Gemini, do Google, o Llama, da Meta, e o ChatGPT, da OpenAI. O presidente da Microsoft, Brad Smith, disse que é "provável" que a empresa também assine o código.

Por outro lado, a Meta, dona de Facebook, Instagram e WhatsApp, ainda se recusa a assinar o código. Ela alega que o documento impõe incertezas legais para desenvolvedores e medidas que extrapolam o escopo da Lei de IA. Além disso, a empresa está no meio de uma disputa judicial envolvendo a cobrança de impostos no valor de até US\$ 1 bilhão por parte da Itália.

Continuação: Google adere a código europeu para IA após fracassar em lobby contra nova lei

Recentemente, executivos da Airbus, fabricante aeroespacial e bélica do continente, e do banco BNPParibas publicaram uma carta aberta pedindo uma pausa de dois anos na implementação da legislação, também argumentando que ela ameaça a competitividade do bloco na corrida global pela IA.

Maior Congresso de Propriedade Intelectual da América Latina retorna a São Paulo para discutir a Colaboração na Era da Inteligência Artificial Evento organizado pela Associação Brasileira da Propriedade

O tradicional Congresso Internacional da Propriedade Intelectual, organizado pela Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (**ABPI**), retornará em breve à cidade de São Paulo. A 45ª edição do maior evento do gênero na América Latina está marcada para os dias 17, 18 e 19 de agosto e será focado na "Colaboração na Era da Inteligência", com [] O tradicional Congresso Internacional da Propriedade Intelectual, organizado pela Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (**ABPI**), retornará em breve à cidade de São Paulo. A 45ª edição do maior evento do gênero na América Latina está marcada para os dias 17, 18 e 19 de agosto e será focado na "Colaboração na Era da Inteligência", com soft opening 100% online de 12 a 14 de agosto.

A escolha do tema norteador, segundo Gabriel Leonardos, Presidente da **ABPI**, está em sintonia com aquela eleita pelo Fórum Econômico Mundial em 2025, Collaboration for the Intelligent Age. "Esse alinhamento reflete a nossa busca pelo debate de temas relevantes e emergentes", declarou, complementando a necessidade da colaboração entre diferentes setores da sociedade neste momento de grandes transformações tecnológicas. "Precisamos trabalhar juntos para lidar com os desafios e as oportunidades trazidas pela Inteligência Artificial e outras inovações disruptivas."

Com duas plenárias e 12 painéis, o Congresso oferecerá conteúdo exclusivo com especialistas da área de Propriedade Intelectual. Eles abordarão, tanto na versão presencial quanto online, questões como:

Interseção entre Inteligência Artificial, inovação e PI, e como as legislações podem se adaptar a essas mudanças;

O impacto das novas tecnologias na criação, proteção e distribuição do conhecimento e da **Propriedade** Intelectual;

Colaboração entre governos, empresas, universidades e outras entidades para criar um ambiente regulatório que favoreça a inovação;

Maneiras como as tecnologias podem ser usadas para promover a inclusão e o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que protegem os direitos de Propriedade Intelectual.

Entre os palestrantes confirmados estão Ryan Abbott, advogado do caso DABUS, Júlio César Castelo Branco, Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), Loreto Bresky, Diretora Sênior no Departamento Jurídico de Assuntos Internacionais do PCT da Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual (OMPI), Carlos Affonso Souza, Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio, Etienne Sanz de Acedo, CEO da International Trademark Association (INTA), e Ralph Nack, Reporter General da International Association for the Protection of Intellectual Property (AIPPI).

As inscrições para o 45º Congresso Internacional da **ABPI** poderão ser feitas no site <https://2025congresso.abpi.org.br/inscricoes>.

Keynote speakers internacionais

Outro destaque da edição deste ano são os keynote speakers internacionais. Um dos nomes já anunciados pela organização do Congresso foi Ryan Abbott, advogado-sócio do escritório americano Brown, Neri, Smith & Khan, LLP e professor na Universidade de Surrey e Universidade da Califórnia.

Continuação: Maior Congresso de Propriedade Intelectual da América Latina retorna a São Paulo para discutir a Colaboração na Era da Inteligência Artificial
Evento organizado pela Associação Brasileira da Propriedade

Ele está à frente dos principais processos que buscam assegurar proteção por patente para invenções geradas por Inteligência Artificial e proteção autoral para obras geradas ou assistidas por IA - como o caso DABUS.

Soft Opening

Os inscritos no Congresso terão acesso a um de soft opening a ser realizado online nos dias 12, 13 e 14 de agosto. Durante o evento, serão debatidos temas divididos em table topics que vão abordar: os limites do uso anterior de boa fé frente ao registro de marca nas disputas judiciais de abstenção; retenção al-fandegária e defesa da marca: direitos, procedimentos e expectativas; marcas no mundo digital: proteção e riscos com IA; pesquisa clínica e patentes no Brasil; e registros de expressões de propaganda como marca no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) - impactos práticos da mudança de entendimento.

Dia do Jovem Profissional de PI

No dia 17 de agosto, na abertura do 45º Congresso, haverá um evento à parte dedicado às novas gerações de profissionais de Propriedade Intelectual. Realizado de forma inédita pela **ABPI**, o encontro tem o intuito de comemorar o Dia do Jovem Profissional de PI com uma tarde inteira de painéis e atrações voltadas para estudantes e recém iniciados na área.

Idealizado e organizado pelo Comitê de Jovens Profissionais de PI, o objetivo é atrair novos talentos, criar um canal de conhecimento sobre o setor entre a **ABPI** e os novos profissionais, além de proporcionar a oportunidade de networking e aprendizado essencial para quem quer se consolidar na área.

Poderão participar estudantes de Direito, recém-formados e profissionais de PI de até 35 anos de idade. O evento terá keynote speaker e workshops interativos a serem anunciados em breve.

Prêmio patente do ano

No dia do encerramento do Congresso, haverá a entrega do Prêmio Patente do Ano da **ABPI**. Chegando a sua 6ª edição em 2025, a premiação irá contemplar patentes que envolvem o uso de Inteligência Artificial.

O prêmio é uma oportunidade para empresas e pesquisadores brasileiros mostrarem suas criações e serem reconhecidos por suas contribuições na área de Propriedade Intelectual. Os vencedores são premiados com placas de reconhecimento e um ano de associação gratuita à **ABPI**.

Para informações sobre o regulamento e inscrições, acesse aqui.

A **ABPI**

A Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (**ABPI**) é uma entidade sem fins lucrativos voltada para o estudo da Propriedade Intelectual, notadamente o direito da propriedade industrial, o **direito** autoral, o direito da concorrência, a **transferência** de tecnologia e outros ramos afins. Fundada em 16 de agosto de 1963, a **ABPI** congrega empresas, institutos de pesquisa, universidades, escritórios de advocacia e agentes de propriedade industrial do Brasil e do exterior

A **ABPI** promove conferências, congressos, seminários e edita publicações voltadas para divulgação da Propriedade intelectual e o aperfeiçoamento da legislação, doutrina e jurisprudência desse ramo do Direito. Com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo, a entidade mantém, permanentemente, 15 Comissões de Estudo, representações seccionais em oito estados, um Centro de Educação Continuada (CEDUC), um Centro de Solução de Disputas (CSD-**ABPI**) e um Comitê Empresarial.

Continuação: Maior Congresso de Propriedade Intelectual da América Latina retorna a São Paulo para discutir a Colaboração na Era da Inteligência Artificial
Evento organizado pela Associação Brasileira da Propriedade Intelectual

A **ABPI** representa no Brasil, como grupo nacional, a AIPPI - Association Internationale pour la Protection de la Propriété Intellectuelle, a principal entidade mundial de consulta para estudo e promoção da propriedade intelectual. Também atua como parceira da LIDC - Ligue Internationale du Droit de la Concurrence e do Global IP Network, que congrega as associações nacionais de PI das principais economias mundiais.

Serviço

45º Congresso Internacional da Propriedade Intelectual da **ABPI**

Data: 17, 18 e 19 de agosto

Local: Sheraton São Paulo WTC Hotel - Av. das Nações Unidas, 12559 - Brooklin Novo, São Paulo

Programação: <https://2025congresso.abpi.org.br/programacao/>

Por Favor Digite Seu Nome Aqui

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3

Propriedade Intelectual

4, 9

Direitos Autorais

7, 9

ABPI

9

Inovação

9

Marco regulatório | INPI

9